

RACISMO NO BRASIL

GILBERTO FREYRE
FSP 8/10/1979

Uma vez por outra sou acusado de vir proclamando o Brasil "perfeito exemplo de democracia racial". Nunca usei expressão assim enfática.

O que tenho dito é que falar-se de preconceito racial no Brasil como se tal preconceito fosse, entre nós, um equivalente social de pais, no plano geológico representado por vulcões ou terremotos – como os Estados Unidos, a União Sul Africana, as Rodésias – é uma perversão da realidade: perversão contra o Brasil. Haverá, no nosso País, no mesmo particular – tensões inter-raciais – equivalentes de pequenos tremores de terra. Mas tão esporádicos e tão singulares que não caracterizam uma situação vulcânica.

Pelo que devemos nos considerar uma gente que goza de uma extraordinária paz ou harmonia racial. Contraste com aquelas partes do mundo em que os ódios raciais existem sob formas, por vezes, as mais violentas. As mais cruas.

Há, entretanto, sociólogos ou antropólogos brasileiros que falam em "racismo" no Brasil como se fosse um fenômeno de todo identificado antropologicamente como tal. Não é. Há algum racismo efetivo: quase insignificante como traço negativo da situação social do Brasil. E ao seu lado, considerável racismo aparente.

Quando o abalizado padre Bastos de Ávila – intelectual muito do meu apreço e da minha estima, fala em "racismo brasileiro" – como em recente e longo discurso proferido numa Associação Comercial – comete, a meu ver, um equívoco sociológico. O "racismo" que denuncia é antes aparente do que real. Os exemplos de racismo que cita não são, de modo algum, de exato racismo, mas de desigualdades de ascensão sócio-econômica que, atingindo brasileiros de cor atingem, em cheio, brasileiros brancos. Brancos, porém pobres. O equivalente do chamado, nos Estados Unidos, "*poor white trash*". Fenômeno, portanto, muito mais de classe do que de raça. Ou de classe e não de raça.

De que principalmente resulta o fato de serem raros, no Brasil de hoje, os bispos ou altas autoridades eclesiásticas, homens ostensivamente de cor; almirantes e generais ostensivamente de cor; ministros de Estado ou governadores, ostensivamente de cor; embaixadores ou plenipotenciários ostensivamente de cor? De um predominante preconceito de raça ou de cor?

Parece a alguns analistas mais discriminadores do assunto, que não. E sim resultado de um predominante preconceito de classe.

E preconceito de classe que se nutre de desníveis de educação, 'tanto intelectual, como social **inclusive** de maneiras, de comportamento, de modos de falar – entre gentes brasileiras , predominantemente de cor em relação às brancas. Lembre-se que o primeiro cardeal na América Latina não foi um ariano ou um nórdico: foi um moreno descendente de ameríndio. Um aristocrata pernambucano: educado na Europa: homem de boas letras e de boas maneiras. Príncipe social antes de tornar-se Príncipe da Igreja.

Quem conheceu – tive esse privilégio – o médico Juliano Moura, o sábio geólogo, geógrafo, historiador e homem público Teodoro Sampaio – filho de escrava, mas educado como se fosse filho de sinhadona e o sociólogo da política José Maria dos Santos, sabe que foram outros tantos príncipes. Um deles, com esposa arianíssima. Nórdica. O que lhe facilitou a ascensão sócio-econômica à revelia de sua cor e de sua etnia e até de sua origem socialmente, inferiorizante. A educação sócio-economicamente valorizadora.

Exatamente a complementação do, em grande parte retórico, Treze de Maio de 88, foi a educação social e economicamente valorizadora do descendente de escravo. Ao abolicionismo deixou-se de acrescentar, no Brasil, mm transabolicionismo, que preparasse o descendente do escravo, homem ou mulher de cor, para sua integração na sociedade brasileira. Para sua ascensão econômica e cultural nessa sociedade. Para o casamento com pessoas brancas ou quase-brancas e pertencentes a esse status, não só por sua condição biológica, como pelo conjunto sócio-cultural de atributos sócio-culturais.

Joaquim Nabuco, como o mais lúcido dos abolicionistas, apercebeu-se da necessidade do que aqui se denomina transabolicionismo que completasse o

abolicionismo, preparando a gente de cor, liberta, alforriada, livre, para um, status que lhe foi concedido apenas retoricamente. Deixando-se quase de todo o ex-escravo um marginal de cidades para ele, quando vindo – o caso de tantos – de fazendas ou de engenhos cujos senhores de repente empobrecidos não puderam continuar a mantê-los, verdadeiros monstros. Despreparadas, por sua vez, essas cidades, para assimilarem tais estranhos. Cidades, então, quase sem indústrias. Os ex-escravos sem capacidade para o trabalho Industrial ou para atividades urbanas que exigissem aptidões especiais. O drama da deseducação.

Gilberto Freyre e sociólogo, ex-deputado federal, ex-deputado constituinte 1946, ex-delegado brasileiro à Assembléia Geral da ONU e autor do clássico "*Casa Grande e Senzala*".